

pesquisas

I - TEMA: A FORMAÇÃO DO TRABALHADOR URBANO NA PARAÍBA (1889-1930)

II - QUADRO DE REFERÊNCIA CONCEITUAL DA PESQUISA

Ariosvaldo da Silva Diniz

Pretende-se investigar neste projeto de pesquisa a formação do trabalhador urbano na Paraíba, no período compreendido entre 1889-1930. A formação do trabalhador urbano na Paraíba é entendida aqui como o momento de expropriação do homem livre pobre e o esforço da ordem dominante em enquadrá-lo na sociedade do trabalho.

A formação do mercado de trabalho assalariado, isto é, a subordinação do homem livre pobre ou liberto ao assalariamento, não foi um processo natural, regido apenas pelas leis do mercado. Para que o capital encontrasse no mercado uma força de trabalho exposta à venda como outra mercadoria qualquer foi necessário a intervenção de outros fatores além da expropriação do trabalhador dos seus meios de produção. Apenas a expropriação do trabalhador não garantia a existência dessa força de trabalho no mercado, uma vez que esse mesmo homem pobre podia recorrer a alternativas outras que não fossem aquelas desejadas pelos donos do capital⁽¹⁾.

Por isso mesmo, a inclusão do homem pobre, previamente expropriado, nas leis do mercado do trabalho assalariado exigiu das elites dominantes a montagem de uma estratégia de controle social com duplo desdobramento: 1) a construção de um imaginário social burguês fundado em normas e valores estruturados numa nova ética do trabalho; 2) a montagem de todo um dispositivo de vigilância e repressão, exercido pelas autoridades policiais, jurídicas, sanitárias, escolares, etc., sobre o homem pobre visando enquadrá-lo nos limites da lei e da ordem, i.é., na sociedade do trabalho.

A construção de uma nova ideologia do trabalho, que se impôs soberana no mundo moderno a partir da afirmação dos valores ligados às atividades dos comerciantes, proprietários rurais e fabricantes, visava internalizar no trabalhador a noção do trabalho como um bem, o valor supremo regulador do pacto social. Para que tal estratégia se tornasse vitoriosa era necessário a destruição de valores culturais que não coincidiram com os da burguesia. Neste sentido, o controle de espíritos e mentes no espaço de produção, deveria ser completado com o controle permanente da vida cotidiana do homem pobre, no espaço público ou privado.⁽²⁾

A burguesia monta assim todo um dispositivo de vigilância e repressão para aqueles que resistissem a ingressar na sociedade do trabalho ou transgredissem suas regras. Os vadios, loucos, ladrões, prostitutas, camponeses expulsos de suas terras, trabalhadores ocasionais são retirados da sociedade e recolhidos à instituições de caridade, asilos, casas de detenção, etc., afim de que sejam plenamente moralizados pelo trabalho (BRESCIANI, M.S.M.: 1983, p.19).

Esse duplo movimento - a construção de uma nova ideologia do trabalho e a vigilância e repressão contínua ao homem pobre urbano - é a temática ou problemática central deste projeto.

III - RELAÇÃO DO PROJETO COM A LITERATURA SOBRE O TEMA

O processo de formação da sociedade de mercado possessivo, na Europa, pressupôs uma acumulação originária, cujo sentido fundamental foi a separação definitiva do trabalhador dos seus meios de produção e sua subordinação formal e, posteriormente, real ao capital. Esta passagem da subordinação formal à subordinação real foi estudada, numa perspectiva clássica, por Marx e, posteriormente, numa nova abordagem por Thompson, Marglin, Dicson, só para citar os mais conhecidos⁽³⁾.

O enfoque teórico adotado por estes últimos autores enfatizou, grosso modo, o processo de transição como resultante de uma luta constante entre o trabalhador para

conservar sua autonomia e o capitalista para dominá-lo. O Trabalhador resistiu o quanto pode às mudanças introduzidas pelo emprego de novas técnicas na produção, uma vez que o que estava em jogo era exatamente a ampliação do controle e do poder por parte do capitalista sobre o conjunto dos trabalhadores que ainda conservavam os conhecimentos técnicos e por isso determinavam a dinâmica do processo produtivo.

Concluíram estes autores, que a vitória do capital sobre o trabalho se materializou com o sistema de fábricas, já que neste tipo de organização produtiva foi possível ao capitalista impor um determinado padrão tecnológico que, antes de tudo, garantia ordem, disciplina e controle da produção pelo capitalista. Em síntese, na ótica destes autores, o sistema de fábrica resultou muito mais de razões organizativas, fruto da luta de classe, do que razões técnicas.

As análises de Thompson, em particular, sublinharam com precisão o momento da instituição do imaginário social burgues e como a resistência do homem pobre à submissão dos rígidos padrões do trabalho organizado foi quebrada lentamente pela introdução de um relógio moral no coração de cada trabalhador (a noção de tempo útil) e pela pregação do trabalho edificante (THOMPSON: 1984, págs. 239-293).

A resistência do trabalhador ante os avanços do sistema de fábrica se traduziu, ora por uma luta surda contra os novos padrões organizativos, ora aberta através de greves, motins, revoltas, etc.

A literatura produzida no Brasil sobre a formação do trabalhador urbano, até bem recentemente, tentou priorizar sobremaneira as manifestações do segundo tipo: greves, paralizações, movimentação política do proletariado, etc., negligenciando quase que totalmente a luta surda, silenciosa, mas não menos verdadeira, do trabalhador pobre para conservar sua autonomia. A maioria das análises sobre o movimento operário anterior a 1930 fez uma leitura desse movimento a partir de categorias apriorísticas, tais como: "a boa consciência", "a falta de consciência de classe", a imaturidade das massas e a clareza das vanguardas. Como observou agudamente Paulo S. Pinheiro: "Se os protestos não assumem as formas que o estudioso considera corretas, são tristemente classificadas como infantis ou irracionais. Raramente os próprios camponeses e operários, homens e mulheres, são considerados capazes de admitir uma identidade própria. Nunca escolhem, nunca têm consciência política e os historiadores não exitam em negar-lhes qualquer capacidade de pensamento ou de ação autônoma. Suas revoltas são sempre imaturas, seguem lideranças equivocadas ou deixam-se influenciar por ideologias pequeno-burguesas" (PINHEIRO e HALL:) 1981, p.9).

Do mesmo modo, quando os movimentos sociais não se expressavam dentro do quadro das instituições formais (sindicatos e partidos) eram classificados de espontâneos, desorganizados, sem ideologia definida, pré-político, enfim. Neste tipo de enfoque, o que contava realmente na história do movimento operário eram as ações objetivadas através dos canais ou instituições sindicais e partidárias. Quer dizer, tomava-se os elementos mais organizados (as lideranças e os militantes) pelo conjunto da classe, deixando assim de captar a história da experiência do dia a dia dos trabalhadores dentro e fora da fábrica.

Esse tipo de reducionismo, segundo o qual o grau de maturidade política da classe operária deveria ser aferido apenas pelo índice de sindicalização e principalmente pela militância partidária, criou dois mitos na historiografia nacional: 1) o mito de que não houve experiência sindical anterior a 1930; 2) o mito de que toda práxis política do proletariado levada a efeito antes de 1922 não passou, quando muito, da infância da classe. Sob essa ótica, o movimento operário, sobretudo aquele de inspiração anarquista, passou a ser encarado como um "desvio", somente superado em 1922, com a fundação do PCB, fruto do amadurecimento político da classe trabalhadora no decorrer dos anos 1917-1921 e da influência da Revolução Russa vitoriosa.

Ao privilegiarem as lutas operárias que se expressavam apenas nas organizações sindicais e partidárias, essas análises caíram nas armadilhas do discurso burguês que opera com a dicotomia privado e público. A fábrica aparece aí como a esfera do privado, lugar por excelência da racionalidade, da produtividade e da neutralidade, enfim, espaço despolitizado, onde não há lugar para as demandas sociais. Nesta ótica, os conflitos são deslocados para os lugares públicos institucionais: a organização sindical e o partido político⁽⁴⁾.

Ao reduzirem a fábrica a um acontecimento puramente tecnológico, fruto do de-

envolvimento automático das forças produtivas, essas análises ignoraram por completo as lutas que se travavam no interior da fábrica, não só por melhor remuneração da força de trabalho, mas pelo que se costuma genericamente chamar de melhores condições de trabalho, o que evidentemente envolve o questionamento de aspectos da própria organização do processo de trabalho.

Só recentemente, tem aparecido na historiografia brasileira uns poucos trabalhos que tentam resgatar as lutas que os trabalhadores travaram tanto no interior do processo produtivo como no espaço mais amplo da sociedade pela autonomia e controle da produção.

Estes trabalhos recentes da historiografia nacional se inspiraram, ao que parece, em três matrizes teóricas: 1) àquela vinculada ou sob a influência dos trabalhos do historiador inglês, E. P. Thompson, que enfatizou o estudo das classes trabalhadoras a partir de um ponto de vista que via nessas mesmas classes o sujeito de sua própria história, dando, portanto, grande importância à questão da experiência de classe e do fazer de uma cultura de classe. A cultura operária é, assim, a temática mais pesquisada pelos seguidores desse historiador; 2) àquela ligada à influência das obras de Michel Foucault, sobretudo a sua obra "Vigiar e Punir", onde se procura enfatizar a questão da gênese da disciplina industrial e demonstrar que o problema da disciplina dos trabalhadores, para além dos muros da fábrica, cobrindo todos os aspectos de suas vidas cotidianas constitui uma das preocupações fundamentais da ordem burguesa; 3) àquela inspirada na temática aberta por Mario Tronti e David Montgomery sobre o controle operário do processo de trabalho nas fábricas.

Ainda que se reconheça que existem diferenças significativas de abordagem entre as três correntes historiográficas acima, alguns autores nacionais trilham caminhos em suas análises que procuram reunir os três enfoques.⁽⁵⁾

As questões que perpassam de ponta a ponta esse projeto são: 1) Onde a indústria nascente na Paraíba conseguiu arregimentar sua mão-de-obra? 2) Como camponeses, artesãos, vagabundos, ladrões e errantes foram transformados em trabalhadores disciplinados? 3) Como se impuseram novos padrões de organização, disciplina e subordinação numa sociedade muito apegada aos padrões tradicionais do agrarismo? 4) Como o homem pobre urbano resistiu a este novo modo de trabalho e existência?

IV - HIPOTHESES DE TRABALHO

O processo de formação do trabalhador urbano na Paraíba, nos anos 1889-1930, pode ser pensado como resultante de um conjunto de transformações que estão se operando na organização produtiva e nos equipamentos urbanos sobretudo na Capital do Estado. Este conjunto de transformações que visam a fundação de uma nova ordem estruturada em novos padrões de disciplina e controle social se expressa, na Paraíba dos anos dez e vinte do presente século, através de um discurso modernizador com duplo objetivo: 1) de uma lado, remodelar a cidade, suas ruas, praças, jardins e serviços; 2) de outro, reequipar a cidade com estabelecimentos industriais e comerciais mais modernos, com um porto que permitisse a maior circulação de mercadorias, com escolas profissionais, asilos e orfanatos que retirasse o insuportável espetáculo da pobreza das ruas, etc.

Tanto a modernização da economia como a remodelação da cidade convergiam para um só objetivo político: consolidar uma nova ordem cujos valores e normas se estruturassem sob o princípio do trabalho. Neste sentido, o discurso modernizador tem um endereço certo: o homem pobre urbano seja ele trabalhador ou vadio.

No plano da modernização econômica tratava-se de viabilizar um modelo de organização produtiva onde o trabalhador se visse constringido a se submeter aos rígidos padrões da ordem, disciplina e controle por parte do capitalista. A fábrica mecanizada aparece assim, no projeto burguês, como o lugar ideal onde tudo isso se efetiva. Nela, a potencialidade criadora do trabalho e a produtividade parecem ilimitadas, com o emprego da máquina. A fábrica é idealizada pela ordem burguesa como o espaço por excelência da racionalidade técnica, da produtividade e da valorização do trabalho. A idealização da fábrica como modelo de organização produtiva já está presente no imaginário social burguês da Paraíba nos anos dez e vinte.

Os novos padrões de disciplina e controle social que se instauravam no processo de trabalho a partir da sua reorganização, com o emprego de novas tecnologias, ultrapassavam os limites dos muros das fábricas e se difundiam por todo o conjunto do social, através da ideologia do trabalho, da valorização de comportamentos e normas de conduta necessários às novas formas de produzir.

No mesmo sentido, o discurso modernizador na sua vertente remodeladora do espaço urbano, buscará enquadrar o homem pobre - seja ele trabalhador ou não - dentro dos limites estabelecidos pela sociedade do trabalho. A ordenação do espaço urbano, o disciplinamento de seus usos, o emprego de instrumentos de controle que pudessem regular a vida na cidade, passam a se constituir em preocupação constante. Há, portanto, um complementariedade e uma fusão nas duas vertentes do discurso modernizador: ambas visavam estabelecer novas formas de subordinação e dominação.

As articulações entre a fábrica e as outras instituições sociais já são bem marcantes no período republicano na Paraíba. Assim é que diante da escassez de mão de obra industrial adestrada e disciplinada, as fábricas procuram solucionar o problema recrutando trabalhadores junto a orfanatos, prisões e asilos de caridade. Isto se verifica com maior intensidade no período imediatamente posterior à abolição. Na ótica dos proprietários, comerciantes e fabricantes a mão de obra nativa era instável e tendente à vadiagem. Ao que parece, as fábricas do início do período republicano tiveram grandes dificuldades em encontrar trabalhadores que se adequassem ao ritmo de trabalho exigido pela nova organização produtiva. Havia, evidentemente, escassez de contingentes de trabalhadores formados ou ambientados nos novos padrões de disciplina que o processo de trabalho exigia.

A implantação de novos padrões de ordem e disciplina encontrou resistência por parte do homem pobre urbano, seja no espaço produtivo, seja no âmbito do conjunto do social. No espaço produtivo, a luta que se trava é pela conservação da autonomia e o saber fazer do trabalhador. Para muitas categorias de trabalhadores (artesãos ou artistas) a introdução da máquina, ao mesmo tempo que alterava o ritmo do processo de trabalho, aumentando a vigilância e a disciplina, provocava a expropriação do saber operário. O período objeto desta pesquisa parece assistir a morte lenta mais inexorável do artesão ou artista. No terreno da sociedade como um todo, a vasta empresa de normatização e moralização empreendida pelas elites dominantes, encontra resistência nos comportamentos "desviantes", nas formas de lazer, de pensar, de agir e nas práticas consideradas perniciosas e tradicionais, expressas pelas camadas populares.

V - METODOLOGIA DA PESQUISA

A pretensão desta pesquisa é incorporar como objeto de conhecimento a larga faixa de experiências vividas por esses homens pobres, que vão desde o seu modo de sobrevivência no trabalho e na vida cotidiana, às formas de dominação a que estão submetidos. Reconstituir a história de suas vidas requer um paciente trabalho e envolve uma opção metodológica que implica em resgatar à história tensões sociais de cada dia. Esta história do cotidiano pode inclusive revelar a riqueza do social como área de improvisação de papéis informais, novos e de potencialidade de conflitos e confrontos, onde se multiplicam formas peculiares de resistência e luta (DIAS: 1984, p. 8).

Para o pesquisador que se propõe a estudar esta temática do ângulo que se enfoca aqui, surgem imediatamente inúmeras dificuldades que precisam ser contornadas. Em primeiro lugar, a documentação é especialmente difícil pela natureza dispersa das fontes e sobretudo por estarem comprometidas com valores outros, de dominação e poder e muito reticentes com relação ao cotidiano do homem pobre urbano. Trata-se, realmente, de elaborar uma história do implícito, lida nas entrelinhas dos documentos oficiais. Se é possível identificar, nem sempre sem dificuldades, as marcas do discurso dominante, o mesmo já não ocorre com o discurso de resistência dos grupos sociais oprimidos. A memória social de suas vidas foi soterrada pelo esquecimento ideológico. As informações se ocultam, ralas e fragmentadas, nas entrelinhas dos documentos, onde pairam fora do corpus central do conteúdo explícito.

Não obstante todas as dificuldades acima sublinhadas, é possível detectar a presença dos grupos oprimidos e sua resistência à hegemonia das elites dominantes, a partir dos comportamentos e respostas destes últimos diante dos conflitos sociais. Dito de outra forma, se pensar o conflito de classe como uma relação de reciprocidade, segundo o qual ambas as partes da equação (dominantes e dominados) são, até certo ponto prisioneiras da contrária é possível resgatar informações preciosas sobre o comportamento dos grupos dominados a partir dos grupos opressores. Dessa forma, o discurso da ordem pode revelar muito sobre a resistência dos grupos oprimidos, desde que, é bom que se enfatize, o pesquisador desmonte com habilidade a lógica que comanda tal discurso. Se assim não o fizer, corre o risco de se tornar prisioneiro das imagens que os governantes constroem sobre os trabalhadores. E neste caso, passa a incorporar noções que a própria classe dominante constrói sobre os dominados, segundo as quais, por exemplo, os trabalhadores são do tipo rebelde, poucos afeitos ao trabalho; os motins são cegos e espontâneos; e determinadas classes de protestos sociais são enquadrados na categoria de delito. O pesquisador deverá estar atento para tais classificações e suspeitar que atitudes como as acima enumeradas podem refletir comportamentos de uma cultura popular de resistência e não desajustamento e manifestações patológicas.

O discurso de resistência dos grupos oprimidos que aqui se pretende estudar tem sua própria linguagem que precisa ser decodificada. Antes de ser um discurso articulado em propostas e intenções claras, verbalizado em propostas políticas, é fundamentalmente um discurso da ação.⁽⁶⁾

A localização deste discurso está, muitas vezes, para além do social visto de forma institucionalizado, assim como para além dos esquemas teóricos que estabelecem verdades prontas e acabadas. Isto quer dizer que a ausência de comportamentos clássicos de oposição por parte dos trabalhadores (greves, organização sindical, atuação partidária e eleitoral) não significa em absoluto que a luta de classe não existe. Apenas esta luta se expressa de outras formas não padronizadas: absentismo, abandono do trabalho, vadiagem, bebedeira, roubo, saques, motins, etc., etc. É claro que tais evidências de luta foram incluídos pelos governantes no rol dos delitos comuns e por certa historiografia marxista como manifestação espontânea e cegas, comportamentos, enfim, desviantes que refletiriam a imaturidade da classe.

Finalmente, para concluir estas considerações de ordem metodológica, cabe abordar aqui - ainda que apressadamente - a questão que perpassa o projeto inteiro e que constitui a sua própria razão de ser: a noção de homem pobre urbano. Sabe-se que tal objeto de estudo não está isento de certas dificuldades teóricas. Entretanto, optou-se pelo estudo homem pobre urbano e não classe operária ou proletariado stritu sensu por entender-se que aquela categoria social amplia os limites possíveis para se investigar o processo de formação da classe trabalhadora na Paraíba. Por outro lado, as se eleger o homem pobre urbano e não proletariado fabril como objeto de investigação, pretendeu-se com isso, romper até certo ponto com a tradição teórica que entendia o conceito de classe trabalhadora de um ponto de vista abstrato e formal, localizado, quando muito, na estrutura econômica. Neste sentido, a classe trabalhadora só existiria no momento em que se absolutiza a sua subordinação real ao capital, de maneira que, tudo que existe, existe para o capital e em função deste. O próprio trabalhador aparece aqui como um funcionário do capital.

Adota-se aqui uma perspectiva distinta, segundo a qual a classe é uma categoria histórica, definida por ela mesma, na sua maneira de viver sua própria história. É exatamente no seu modo de vista, nas suas práticas cotidianas, na sua maneira de viver e sentir a exploração, que o trabalhador identifica os pontos de interesse antagônicos e toma consciência de seus interesses, de modo que a classe e a consciência de classe emergem da própria luta de classes.

Isto é totalmente diverso do modelo de análise que pretende fornecer o que deveria ser "a verdadeira consciência de classe" numa dada fase do processo histórico. Como já dizia Thompson: "... nenhuma formação de classe na história é mais verdadeira ou mais real do que outra, e a classe define a si mesmo tal como, de fato, se efetua (THOMPSON: 1979, p. 39).

NOTAS:

1) Sobre a inclusão do homem pobre urbano no mercado de trabalho assalariado nas cidades nordestinas, nos anos aqui considerados, não se tem praticamente quase nenhum trabalho realizado. Excessão seja feita apenas ao trabalho de Khoury, Mauro Guilherme Pinheiro "Trabalho e Disciplina: Os Homens pobres nas cidades do Nordeste: 1889-1920", (mimeo), Recife, maio/1986, onde se discute com cuidado o enquadramento do homem pobre urbano na sociedade do trabalho nordestina.

2) Ver Foucault, Michel, Vigiar e Punir, Petrópolis, Vozes, 1977.

3) As diferenças de enfoques entre Marx e Thompson, Marglin e Dickson, residem sobretudo na questão do advento da grande produção capitalista. Para Marx, a grande indústria representava uma etapa superior no desenvolvimento das forças produtivas. Já as análises dos demais autores citados, procuram demonstrar como sistema de fábrica representou uma forma de estratégia de controle e disciplina sobre o trabalhador muito mais que um acontecimento tecnológico.

4) Ver a esse respeito o excelente prefácio de Maria Stella M. Bresciani ao livro de Maroni, Amnérís, A Estratégica da Recusa, São Paulo, Brasiliense, 1982, págs. 9-14.

5) Ver Rago, Margareth, Do Cabaré ao Lar, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

6) Em estudo sobre as greves dos trabalhadores de São Bernado do Campo em maio de 1978, Amnérís Maroni escreve: "O discurso da ação não verbaliza propostas políticas, no entanto elas existem; não propõe alvos claros contra os quais se desenvolve o combate, porém eles não estão ausentes; não define estratégias explícitas para alcançar o fim desejado, porém estas se fazem a todo momento presentes. Por sua própria dinâmica, se faz presente e ausente, contínuo e descontínuo, definido e indefinido". Maroni, Amnérís, A Estratégica da Recusa, São Paulo, Brasiliense, 1982, p. 18.